

Congressos Eucarísticos e *ordem cristã* no Brasil: o papel de Dom Leme*

Eucharistic Congresses and Christian social order in Brazil: the role of D. Leme

*Pedro A. Ribeiro de Oliveira**

*José William Barbosa Costa***

Resumo

Com o objetivo de contribuir para o debate sobre o lugar político da religião após a separação republicana entre Estado e Igreja, este artigo analisa os congressos eucarísticos nacionais de 1922, 1933, 1936 e 1939, realizados sob a direção de D. Leme, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro. Movimentos católicos massivos, esses eventos fazem parte da estratégia traçada por ele para impor à sociedade brasileira os princípios da ordem cristã. Especial atenção é dedicada à temática e ao hino de cada congresso, de modo a explicitar (i) o projeto de ordem cristã, (ii) a organização dos eventos como demonstração de força política da Igreja Católica face ao Estado e (iii) a sua capacidade de mobilização da sociedade. O artigo conclui-se com uma breve reflexão sobre a perda de eficácia dessa estratégia no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Ordem cristã; movimentos católicos de massa; Dom Leme; Congresso Eucarístico.

Abstract

This article analyzes the national Eucharistic congresses of 1922, 1933, 1936 and 1939, conducted by D. Sebastião Leme, Cardinal - Archbishop of Rio de Janeiro. It intends to contribute to the debate on the political function of religion after the republican separation of church and state. These massive Catholic movements are an important part of the strategy outlined by D. Leme to establish Christian principles in Brazil's social order. Special attention is given to the theme and the hymn of each Congress in order to make explicit (i) the Christian social order, (ii) the religious events as demonstration of political power of the Catholic Church vis-a-vis the State and (iii) its capacity to mobilize Brazilian society. The article concludes with a brief reflection on the failure of that strategy in contemporary Brazilian society.

Key-words: Christian social order; catholic mass movements; Dom Leme; Eucharistic Congress.

Introdução

A abolição do regime de *padroado* e a conseqüente separação entre o Estado republicano e a Igreja Católica coloca em debate o lugar político da

* Doutor em Sociologia (Univ. Cat. Louvaina, 1979), professor aposentado da UFJF e PUC-Minas. E-mail: pedror.oliveira@uol.com.br

** Mestre em Ciências da Religião (PUC-Minas, 2013), doutorando na PUC-Goiás. E-mail: villelmusseccundus@yahoo.com.br

religião na Primeira República (1889-1930). A abordagem do tema inspira-se na já clássica obra de José Murilo de Carvalho (1990) sobre a construção do imaginário destinado a formar a “alma” republicana no Brasil. Apoiando-se em Bronislaw Baczko, diz o autor:

É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também – e é o que aqui me interessa – por símbolos, alegorias, rituais, mitos, símbolos. (Carvalho, 1990, p. 10)

Excluída a participação da Igreja católica por sua identificação com a monarquia, competiram pela construção do imaginário republicano os liberais, jacobinos e positivistas do Brasil. Embora saíssem vitoriosos os liberais, sua vitória foi apenas parcial porque não se formou aqui uma alma republicana e o antigo imaginário católico aflorou com força ao ser derrubada a Primeira República. Com fina ironia, J. M. Carvalho conclui seu estudo sugerindo a imagem inusitada de “Tiradentes esquartejado nos braços da Aparecida: eis o que seria a perfeita *pietà* cívico-religiosa brasileira. A nação exibindo, aos pedaços, o corpo de seu povo que a República ainda não foi capaz de reconstituir.” (Carvalho, 1990, 142).

De fato, o fim da Primeira República, quando o Presidente Washington Luís deixa o governo sob a proteção do Cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro e segue para o exílio, deixa a impressão de que os quarenta anos de regime republicano laico não diminuíram a influência política da Igreja Católica sobre a sociedade brasileira¹. A história, contudo, não corrobora com aquela impressão: acuada nos primeiros anos do “golpe republicano”, a Igreja retraiu-se e reorganizou-se como se estivesse alheia às mudanças que ocorriam na economia, na sociedade e na cultura. Terminado esse processo de reordenação interna, ela passa à ação afirmativa diante do Estado e exige que ele se conforme às diretrizes emanadas da hierarquia católica. Este artigo focaliza precisamente um elemento desse processo: os congressos eucarísticos que desempenharam papel fundamental para essa “volta por cima” resultando numa nova forma de entendimento entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro.

Eventos capazes de mobilizar grande quantidade de pessoas, esses

congressos católicos são uma manifestação pública da Igreja e têm forte impacto simbólico, interferindo nas relações da Igreja com o Estado e a Sociedade, ainda que seu objetivo explícito seja propriamente religioso. Romualdo Dias (1993) os classifica como um dos *movimentos religiosos de massa* promovidos por Dom Leme, compondo um conjunto de ações que incluem a inauguração do monumento/imagem do Cristo Redentor no Corcovado e a proclamação do padroado nacional de Nossa Senhora Aparecida em 1931.

O protagonismo de Dom Leme pode ser explicado pela estratégia romana de unificar o episcopado brasileiro e suprimir o dissenso entre bispos que queriam a volta ao padroado e bispos que buscavam uma nova forma de cristandade (Azzi, 1975). Nesse contexto, a Santa Sé adota a estratégia de nomear bispos jovens e formados na linha pró Roma (Vieira, 2007). Ora, este é o exato perfil de Dom Leme. Tendo feito todos os estudos do seminário maior em Roma, nos moldes mais avançados da época, ainda muito jovem foi nomeado bispo auxiliar do Cardeal Joaquim Arcoverde, arcebispo do Rio de Janeiro. Após breve passagem por Olinda e Recife, retorna à capital do país e aí sua personalidade marcante faz dele o principal promotor do projeto de criar novas relações entre a Igreja católica, o Estado republicano e a sociedade em processo de modernização.

Após uma brevíssima apresentação do contexto histórico onde é produzido o projeto de *ordem cristã*, o artigo focaliza os congressos eucarísticos como forma de mobilização massiva da população católica sob completo controle da hierarquia (o que não ocorre nas romarias, por exemplo). São então sumariamente descritos os congressos de 1922, 1933, 1936 e 1939, com especial atenção sobre os temas das principais palestras neles proferidas e sobre a letra dos hinos neles entoados. Esse material empírico foi criteriosamente colhido em arquivos eclesiásticos e em documentos do magistério católico, sendo completado pela bibliografia referente ao tema². O destaque dado à temática e ao hino dos congressos eucarísticos coloca em evidência as prioridades e os sentimentos da hierarquia católica diante da conjuntura política. Ao optar pela análise em nível micro, tomamos por hipótese que ali se podem perceber a estratégia da luta pelo controle do imaginário político nacional: assegurar a indissolubilidade do laço histórico que une a nação brasileira à Igreja Católica, para arrepio dos defensores do Estado laico.

1. O projeto de *ordem cristã* e a nova ordem republicana

Em seu clássico estudo sobre o tema, J. O. Beozzo (1984) chama a atenção para o exíguo espaço dedicado à influência social e política da Igreja no período republicano:

O exemplo mais flagrante é Edgard Carone na sua série de importantes estudos sobre a República, onde a economia, as classes sociais e o sistema político recebem tratamento aprofundado, abrindo-se espaço para duas instituições pouco estudadas, o Exército e o Partido Comunista, por sua ligação com a classe e o movimento operário. A Igreja, porém, instituição fundamental na vida brasileira, tanto social como política, recebe apenas uma linha na República Velha, para constatar sua separação do Estado, no amanhecer da República (Beozzo, 1984, p. 273-274).

De fato, ao perder o suporte da instituição que durante quase quatro séculos lhe serviu de esteio, a Igreja foi obrigada, pela força dos fatos, a construir um novo aparato institucional. Ao refluir sobre si mesma – como a cigarra que troca a casca para atingir o estado adulto – ela abandona o antigo catolicismo luso-brasileiro e adota o modelo tridentino³. Esse processo de reestruturação interna da Igreja católica que é chamado de *romanização* (Oliveira, 1984, cap. 7) tem nas conferências episcopais de 1901, 1904, 1907 e 1911, o principal instrumento de articulação do episcopado nacional. Elas prepararam as Constituições das Províncias Eclesiásticas Meridionais, promulgadas na conferência episcopal de 1915 e logo depois adotadas por todas as outras arquidioceses e dioceses do Brasil. São, portanto, vinte e cinco anos de intensa atividade interna ao longo dos quais novas devoções populares são favorecidas, antigas irmandades e confrarias são postas sob controle do clero, novas associações piedosas e beneficentes são criadas para congregar os fiéis conforme categorias de gênero, idade e condição social e, mais importante de tudo, são recompostos os quadros de agentes eclesiais, seja trazendo da Europa religiosos e religiosas para dirigir colégios e obras sociais, seja criando seminários onde o clero é formado conforme o modelo romano (Oliveira, 1984, cap. 7).

Embora o grande pregador Pe. Júlio Maria clamasse por uma aliança com o povo e não com as classes dominantes, sua voz não encontrou eco na hierarquia católica, mais focada na recomposição interna de suas forças. A partir de 1915, porém, o quadro começa a mudar em decorrência da grande guerra na

Europa, que possibilita a industrialização por substituição de importações. Ao iniciar-se a década de 1920 essas mudanças ganham dimensão política e cultural; assim, “o Estado oligárquico entra em crise e seu discurso sobre o progresso e a modernidade perde consistência” (Beozzo, 1984, p. 281).

Essa crise é interpretada pela Igreja católica como consequência do divórcio entre o Estado e a nação: ele laico, ela católica. Para instaurar a paz social a hierarquia católica só enxerga um caminho: a restauração da sociedade e do Estado conforme os princípios da *ordem cristã* (Dias, 1993, 39-40). A doutrina da *ordem cristã*, elaborada em reação à Revolução Francesa, tinha como meta impedir que aquele ideário liberal continuasse a expandir-se pelo mundo, principalmente após a perda dos Territórios Pontifícios durante a unificação da Itália⁴. Para o magistério eclesiástico de então, a revolução, qualquer que fosse, merecia ser condenada por representar insubordinação contra a autoridade constituída. É em nome do princípio da autoridade que a Igreja Católica empreende o projeto de restauração da *ordem cristã* – idealização de um passado que nunca existiu. Nessa missão vai destacar-se Dom Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro de 1921 a 1942. Herdeiro do processo de reestruturação interna da Igreja iniciado na segunda metade do século XIX, ele a reconduzirá à posição de guardião da ordem social e política da nação brasileira. Esse projeto já se expressa ao ser sagrado bispo, em 1916:

Vivo angustiado com o muito que ainda não fiz e devo fazer. É formidável a responsabilidade dos bispos no atual momento histórico. Ou saímos a campo já, ou chegaremos tarde. Na parte que me toca, essa reflexão, que não parece exagerada, enche-me o espírito de apreensões. Falam em questão operária, mas eu creio que o que está em jogo é a questão humana. **A nós homens de fé e da Igreja, cabe impor ao mundo a ordem cristã** (Santo Rosário, 1962, p. 53) (negritos nossos).

A biógrafa do Cardeal Leme resume o que ele entende por projeto de ordem cristã:

E haverá ainda que conseguir para a nação brasileira o advento de uma ordem cristã, isto é, de uma legislação e de uma mentalidade pública em que sejam reconhecidos e respeitados os direitos de Cristo e da Igreja. Obra monumental que só se manifestará plenamente durante o cardinalato de D. Sebastião, mas que será preparada e alicerçada desde os seus tempos de Arcebispo-Coadjutor (Santo Rosário, 1962, p. 136-137).

No cerne desse projeto está a reintrodução de Deus na sociedade (leia-se: na família) e a conformação da Constituição às leis divinas (tal como interpretadas pelo magistério da Igreja católica). Como se tratava de projeto vindo da Santa Sé, o episcopado brasileiro entendia não lhe caber mais do que adaptá-lo à realidade nacional. Na estratégia de sua aplicação, porém, entra a criatividade do líder do episcopado brasileiro.

2. Os Congressos eucarísticos como *Movimentos católicos de massa*

Em sua tese doutoral *Cor Unum Et Anima Una*, Romualdo Dias (1993, 26-28) usa a expressão *movimentos religiosos de massa* para designar os três grandes eventos religiosos promovidos no Rio de Janeiro, sob a condução de D. Leme: o Congresso Eucarístico de 1922, o Padroado Nacional de Nossa Senhora Aparecida, em maio de 1931 e a inauguração do monumento ao Cristo Redentor no morro do Corcovado, em outubro do mesmo ano. Eles têm em comum a finalidade de mobilizar a população brasileira por meio de um evento religioso massivo, e assim mostrar publicamente a força moral da Igreja. Preferimos falar de movimentos *católicos* porque neles a identidade católica é explícita: a Eucaristia, a devoção popular a Nossa Senhora Aparecida e a imagem monumental de Cristo com vestes sacerdotais e o coração em destaque, em clara referência à devoção ao Sagrado Coração de Jesus, tão querida pelo processo de romanização e pelo próprio Dom Leme.

Os movimentos religiosos de massas não são uma proposta da Igreja Católica no Brasil, mas sim um projeto pessoal de Dom Leme. Como herdou o legado da autoridade centralizada do Cardeal Joaquim Arcoverde, tornando-se seu sucessor, Dom Leme tem o *placet* dos seus pares episcopos, de forma que seus projetos e suas ações e a presença da Igreja Católica se confundem, não sendo, pois, uma tarefa fácil separá-las (Costa, 2013, p. 77).

Dados os limites deste artigo, serão focalizados apenas os congressos eucarísticos que, por serem recorrentes, podem ser objeto de análise comparativa, enquanto os dois eventos massivos de 1931 são únicos.

O papa Pio X (1903 a 1914) propõe a eucaristia como grande instrumento de seu projeto de “restauração de tudo em Cristo” e Sebastião Leme, então seminarista do Colégio Pio-Latino, fica impressionado com o fenômeno da multidão reunida em torno da devoção eucarística. Além disso, o culto

eucarístico reforça sobremaneira a posição hierárquica do clero. Tudo que envolve o culto eucarístico é centralizado no padre: celebra a missa, distribui a comunhão, ouve a confissão⁵, dá a bênção do Santíssimo, é a única pessoa autorizada a pregar o sermão, sendo o fiel tão somente receptor dos sacramentos. Além disso, a Eucaristia unifica os fiéis sob a autoridade da hierarquia. Como observa pertinentemente Romualdo Dias,

Um dos fundamentos teológicos da obra restauradora foi o sacramento da Eucaristia. No âmbito geral do empreendimento católico, a exaltação da eficácia social da Eucaristia permite outros significados de conotação mais política. Através de seu culto e de sua prática, a hierarquia poderia resgatar junto ao sentimento popular a submissão e a obediência e, pela mesa da comunhão, congregar a todos num só corpo e numa só alma. Vemos nisso a restauração do princípio da autoridade e da unidade, assumidos numa conjugação entre razão e vontade, pois a doutrina recebeu o 'devido zelo' e os sentimentos foram mobilizados com o fervor emocional das manifestações de massa. (Dias, 1993, p. 75).

O congresso eucarístico tem duas dimensões: *ad intra* ele consagra a autoridade do clero sobre os fiéis leigos e leigas, enquanto *ad extra* ele leva ao espaço público grande quantidade de fiéis congregados pela Igreja. Aqui voltamos nossa atenção para a dimensão *ad extra*, isto é, para a mobilização de fiéis católicos em favor da *ordem cristã*. Seu fulcro reside na afirmação da nação brasileira como nação católica. Eles não são uma invenção brasileira; sua origem está na Europa da segunda metade do século XIX⁶, período em que o seminarista Sebastião Leme faz seus estudos no Colégio Pio-Latino. Ao trazer para cá aquela e outras práticas do catolicismo europeu, ele aproximava Brasil e Roma.

A análise dos congressos eucarísticos nacionais na época de D. Leme poderia ser feita a partir de diferentes dimensões. Privilegiamos a análise dos hinos porque foram – e são – um meio excelente para inculcar mensagens religiosas, especialmente nas massas iletradas e pouco instruídas pela catequese, como é a situação do catolicismo brasileiro na primeira metade do século XX.

2.1. O Congresso Eucarístico de 1922

Ao retornar ao Rio de Janeiro como Arcebispo Coadjutor do Cardeal Arcoverde (já incapacitado para o exercício de sua missão), D. Leme concentra

suas forças na preparação do congresso eucarístico em comemoração do centenário da independência, cujo tema é “A restauração cristã do Brasil pela vida eucarística, principalmente na família, na infância e mocidade”. Esse tema aponta quem a Igreja Católica pretende alcançar ao semear os valores ‘eucarísticos’: a infância e a mocidade, isto é, a nova geração de brasileiros formados pelos moldes católicos. A escolha da data não poderia ser mais política: 3 a 7 de setembro de 1922, ao celebrar-se o centenário da Independência. Se a República havia relegado a religião à esfera privada, o congresso eucarístico a colocaria de novo no espaço público ao marcar o “dia da Pátria” com a solene procissão do Santíssimo Sacramento. Antes disso, porém, são realizadas sessões de estudo com palestras sobre:

Influencia da Eucharistia: na vida publica e social dos povos, na vida privada dos indivíduos, na família, na mocidade, na formação da infância, na paz social e nas classes operarias, nas classes armadas, nas prisões e hospitais, na conservação da unidade nacional, na arregimentação social das forças catholicas”, e sobre “A Eucharistia: e os grandes vultos da historia, as bellas-artes, centro da vida catholica e o reinado do Coração Eucharistico de Jesus no Brasil (Congresso Eucharistico, 1922, p. 19)

Digno de nota é o tema da última sessão: “O reinado do Coração Eucharistico de Jesus no Brasil”, pois este não é um coração como outros, mas um coração identificado com a hóstia consagrada e, portanto, inconfundivelmente católico. Aqui já encontramos uma nova etapa da evolução da devoção ao Coração de Jesus, um dos instrumentos utilizados no processo de reforma do catolicismo brasileiro, desde o final do século XIX. A Igreja Católica via-se a si mesma como aquela imagem: relegada à esfera privada e sem função social, ela identificava-se com o Sagrado Coração sangrando e envolto em chamas. Agora o Coração de Jesus recebe adjetivo “Eucharistico”, como para sedimentar a mudança de foco do catolicismo romano em contraste com o catolicismo luso-brasileiro de “muita reza, pouca missa; muito santo, pouco padre”. Daí a tessitura da “ordem cristã” para a qual

Patriotismo e fé são dois fulgores do mesmo astro. Nem se diga que a catholicidade da Igreja collide com o sentimento patriótico. (...) No Brasil, catholico e patriótico devem ser expressões synonymas. Todo o catholico deve ser patriótico, todo patriota deve ser catholico. Aqui, como em nenhuma outra parte, à religião cabe exercer a sua alta função de harmonizar, concatenar, aproximar as almas (Congresso Eucharistico, 1922, p. 167).

No discurso de encerramento do congresso, diz Dom Leme:

Hoje, porém, agora, nesse Congresso Eucarístico, já não é o mundo oficial, já não é o exército, a armada, a intelectualidade brasileira; já não são os expoentes da nossa vida social; quem vai saudar nesse Congresso a data do Centenário é uma voz fortalecida por quatro séculos de glória e por vinte séculos de fé. *Christã*: - é a voz do povo brasileiro! Não é a minha, não é a vossa voz, não é a voz de uma cidade e de um Estado; não é a voz do Norte e do Sul; - é a voz da Pátria, é a voz do Brasil inteiro! É a voz do Brasil que tem fé, do Brasil que ama, do Brasil que espera em Jesus Cristo! Nós somos a alma da Pátria! Jesus Sacramentado! Nós somos o Brasil que vos aclama (Congresso Eucarístico, 1922, p. 63).

Não há informação sobre o hino cantado nesse congresso eucarístico, mas tudo indica que a multidão entoou aquele que fora introduzido no Brasil na década anterior e teve grande aceitação popular⁷:

Queremos Deus!... Homens ingratos
Ao Pai supremo, ao Redentor.
Zombam da Fé os insensatos;
Erguem-se em vão contra o Senhor.

Da nossa fé, ó Virgem, o brado abençoai;
Queremos Deus, que é nosso Rei,
Queremos Deus, que é nosso Pai. (Manual, 1941 n.283)

A letra desse hino⁸ explicita a oposição entre quem quer Deus como Rei e os “ingratos e insensatos” que seguem o ideário liberal da modernidade. Ao entoá-lo durante a procissão solene que percorria as ruas da capital da república, a multidão de católicos proclamava sua rejeição a qualquer regime que não admite submeter-se à doutrina e à moral da Igreja. Ao proclamar a realeza de Deus, os católicos advertem os “homens ingratos” e “insensatos” que a ordem social e política por eles instaurada não tem futuro. Hoje, vitoriosos, zombam da fé; mas o brado católico levado a Deus pela mediação da Virgem Maria provocará seu fim.

Ao passar em frente ao Palácio do Catete – onde o próprio Presidente da República se ajoelha diante do Santíssimo Sacramento – esse cortejo religioso mostra a força simbólica da Igreja católica. Tal força simbólica, contudo, só se converterá em força política na década seguinte, quando a vitória da Aliança

Liberal derruba a Primeira República e o Presidente Vargas busca em D. Leme um aliado para o novo regime. Até lá, os católicos cantarão “Queremos Deus” em oposição à (des)ordem da república, mas ainda não terão força política para concretizar o projeto de "ordem cristã".

2.2. O Congresso Eucarístico de 1933

Apesar do êxito do Congresso Eucarístico de 1922, Dom Leme só retomará essa iniciativa dez anos depois. Até lá, concentrará seu esforço na proclamação do Padroado Nacional de Nossa Senhora Aparecida, que precisaria da aprovação de Roma, e na construção do monumento/imagem do Cristo Redentor no alto do Corcovado – ambas em 1931. Não é possível aqui demonstrar a riqueza do simbolismo empregado por D. Leme para mobilizar a grande massa de católicos⁹. Tendo em mente que o ano de 1930 representa uma virada na história política do Brasil, é claro que esses dois eventos tornam a Igreja Católica mais influente no espaço público (Costa, 2013, 115-135). Vamos concentrar a análise somente nos três congressos eucarísticos nacionais presididos por D. Leme como legado pontifício¹⁰.

As reações contra o governo Vargas levaram o Brasil a buscar a pacificação política por meio de uma nova Constituição, a ser feita em 1934. Nesse contexto, Dom Leme traz para o campo político a chamada *agenda católica*, que postulava: (i) o casamento religioso com efeito civil; (ii) a proibição do divórcio; (iii) o ensino religioso nas escolas públicas; (iv) a assistência religiosa às forças armadas; e (v) a invocação de Deus no preâmbulo do texto constitucional (Costa, 2013, 97). Nesse momento, a Igreja Católica já congregava muitos fiéis por meio de suas associações piedosas ou assistenciais, mas precisava de uma grande mobilização popular para influir na Constituinte. O Congresso Eucarístico de 1933 será o grande veículo dessa mobilização.

A data escolhida é novamente a semana da Independência e o local é Salvador, na Bahia: primeira capital e berço do cristianismo no Brasil – Terra de Santa Cruz. Concentrar o Brasil em Salvador era, simbolicamente, fazê-lo retornar às suas raízes cristãs. Tendo por lema “Vinde, adoremos o Santíssimo Sacramento”, o congresso levaria o povo brasileiro a adorar o seu primeiro senhor e dar uma prova da força da Igreja. Dois elementos essenciais ao êxito de um Congresso Eucarístico são as “sessões de estudo” vinculadas ao tema central

e o brilhantismo das celebrações eucarísticas.

As palestras, proferidas por renomados intelectuais leigos¹¹, tinham como fio condutor a ideia de que o regime laicista da República havia fracassado por ter contrariado a índole histórica do povo brasileiro (Dias, 1993, p. 149). Os temas propostos referiam-se:

a Trilogia Eucarística da Igreja, Patria e Família; a Eucaristia e a Patria; o Santíssimo Sacramento na vida colonial da Terra de Santa Cruz; o Santíssimo Sacramento depois da Independência do Brasil; o Santíssimo Sacramento no futuro da nossa Patria; a Eucaristia e a Família, e a Missa, centro da vida cristã. (Congresso Eucarístico Nacional, 1933, p. 17-18).

Para abrilhantar as celebrações do congresso, sobretudo a procissão de conclusão com os sugestivos nomes de Triunfo Eucarístico ou Hapoteose Eucarística (Congresso Eucarístico Nacional, 1933, p. 96-98), um hino foi composto para ele¹². Reproduzimos aqui sua 1ª estrofe e o estribilho:

Sobre os mares azuis da Bahia
Foi que outrora raiou, toda em luz,
A Hóstia santa, qual sol que alumia
O almo berço da Terra da Cruz

(CÔRO): Ó Jesus! Ó Divino Cordeiro!
Hóstia e sol! Sol de vida e de amor!
Illumina o Brasil todo inteiro
Do oceano aos sertões sempre em flor!
(Congresso Eucarístico Nacional, 1933, p.32)

Tendo em mente que a *agenda católica* queria introduzir princípios cristãos no texto constitucional, o hino realça a íntima relação, desde o berço, entre o povo brasileiro e a fé católica (pois a referência não é a um Deus vago, mas sim à hóstia santa). O autor enaltece a fé católica como parte essencial das raízes do Brasil. O “sol (...) que ilumina o Brasil todo inteiro”, “do oceano aos sertões”, não é outro senão a “Hóstia santa” que só a Igreja Católica pode trazer ao mundo. Não por acaso a primeira estrofe termina evocando a “Terra da Cruz”, com grafia maiúscula, para referir-se ao primeiro nome dado ao Brasil. A mesma ideia é reforçada na segunda estrofe, que termina com o brado patriótico: “um povo canta o hymno da fé nacional” (Congresso Eucarístico Nacional, 1933, p.

32).

A letra do hino bem revela a estratégia da Igreja Católica sob a liderança de D. Leme: reconciliar Igreja e Estado, porque a Nação é católica desde suas raízes. A nova Constituição não poderia ignorar esse fato, como equivocadamente o fez a Primeira República. Ela devia incorporar os preceitos da *agenda católica*, especialmente aqueles que se referiam à família e asseguravam a indissolubilidade dos laços matrimoniais. Assim entendida, a “Hóstia” seria fator de união nacional.

Enfim, o Congresso Eucarístico de Salvador resgatou a identidade católica nacional, para que o passado justificasse a influência católica na Constituição de 1934. O êxito eleitoral da Liga Eleitoral Católica, em 1933, não poderia ser explicado sem levar-se em conta a mobilização católica para o congresso eucarístico daquele mesmo ano.

2.3. O Congresso Eucarístico de 1936

Seguindo a tradição iniciada em 1922, o Congresso de Belo Horizonte foi realizado de 3 a 7 de setembro, tendo por tema *Lux Et Vita* (Luz e Vida). A escolha do local não foi fortuita. J. Oscar Beozzo lembra que, em 1928, ali se realizou o Congresso Catequístico que conseguiu a autorização do ensino confessional dentro do horário escolar. O presidente (de Minas), Antônio Carlos Andrada, foi então qualificado por D. Cabral como “o primeiro entre os estadistas e homens públicos brasileiros que, após quarenta anos de esbulho, desde o início do regime republicano, ouve e acata os protestos e clamores da consciência católica” (Beozzo, 1984, p. 286). O clima de entendimento entre Igreja e Estado era favorecido por dois arcebispos (Dom Cabral, de Belo Horizonte, e Dom Silvério, de Mariana) vindos do nordeste e hábeis nas tratativas com o poder constituído para reconquistar espaços fechados pela república e sem vínculos com o passado monarquista de Minas Gerais. Também deve ser considerado o fato de Belo Horizonte ser uma cidade planejada e de forte marca republicana. É como se os bispos afirmassem que a fé católica vale tanto para o passado simbolizado pela cidade de Salvador, quanto no cenário mais moderno do Brasil republicano.

O contexto político havia mudado: a Constituição de 1934 não realizou a esperada conciliação nacional e a ameaça – real ou imaginária – de avanço do

comunismo levaria à ditadura do “Estado Novo” em novembro de 1937. Essa instabilidade política não transparece no congresso, estrategicamente planejado para afirmar a articulação entre Ação Católica (implantada oficialmente em 1935), Eucaristia e presença da Igreja na sociedade, com especial atenção à família. O cenário do catolicismo havia mudado pelo espaço agora ocupado por intelectuais militantes, bem diferentes dos piedosos leigos e leigas cuja religião limitava-se ao recinto dos templos e das capelas domésticas. O Congresso Eucarístico de 1936 consolida a participação dos leigos e leigas não só no tecido social brasileiro, mas, e sobretudo, no corpo da instituição católica, abrindo o caminho que mais tarde desembocará nas reformas do Concílio Vaticano II.

Os temas das palestras proferidas por “intelectuais militantes”, foram:

A Acção Catholica, expansão natural da vida eucarística; A Eucharistia, segredo da felicidade na família cristã; A Acção Catholica, organização activa a serviço da restauração social; “Eucharistia, acção catholica e vida interior do sacerdote; Eucharistia e acção catholica dos homens; Eucharistia e acção catholica na defesa da moralidade dos jovens; Eucharistia e acção catholica nas organizações de senhoras; Eucharistia, acção catholica da juventude feminina, sua vida no lar; Eucharistia e acção catholica na assistência e defesa moral dos operários (Campos, Miranda, 1936, [s.p.]).

De forma que podemos afirmar que o "Congresso Eucharistico" de Belo Horizonte é o “congresso da Ação Católica”, que já existia em algumas dioceses mas só vai se expandir sob o impulso dado a partir de Belo Horizonte. O hino do congresso foi composto por um padre alemão, professor de música em Juiz de Fora. Inicia-se com a seguinte estrofe:

Qual resplende em manhãs purpurinas
O sublime clarão de arrebol
Sobre o altar das montanhas de Minas (bis)
Brilha a Hóstia mais fulgido sol (bis)

(Refrão) Tû, que és Rei, e que aos povos dominas
Firma aqui teu throno Jesus!
E das plagas formosas de Minas (bis)
O Brasil para a glória conduz! (bis)
(Canticos e Hymnos, 1936, p. 24)

Apesar da linguagem rebuscada o hino teve enorme aceitação popular, sendo entoado até o início dos anos 1960 devido à sua musicalidade: hino alegre, de quem se sente a caminhar para a vitória, enquanto a letra diz que as “montanhas de Minas” tornaram-se “altar” sobre o qual brilha a Hóstia. O estribilho explicita o projeto de conquista: Jesus, o Cristo-Rei de Pio XI e da Ação Católica, firma seu trono em Minas para dali conquistar todo o Brasil. A estabilidade das montanhas de Minas serve de apoio retórico à implantação da ordem cristã no Brasil. Mais não precisa ser dito.

2.4. O Congresso Eucarístico de 1939

O Congresso Eucarístico de Recife fecha a década em que a Igreja Católica encontrou seu novo lugar no espaço público brasileiro. Realizado de 3 a 7 de setembro, ele aproveita o local de sua realização para evocar a invasão holandesa e protestante:

Temos a mesma fé religiosa daqueles heróis que há três séculos, combateram *pro aris et focis* para libertar o Brasil do jugo estrangeiro e herético. As profanações então feitas a Jesus Sacramentado devem ser agora reparadas com as homenagens mais expressivas da nossa fé e do nosso amor (Congresso Eucharístico Nacional, 1939, p. 17).

Seu tema é “A eucharistia e a vida cristã”, com quase uma centena de sessões de estudos, debates e conferências. A análise de seus títulos mostra que a Igreja Católica está menos preocupada com embates políticos do que com a sua vida interna e as realidades que envolvem os seus fiéis. De fato, entre os 98 temas elencados encontram-se os diversos benefícios da Eucaristia. Entre eles:

A Eucharistia na Vida da Igreja, na vida dos indivíduos, na Piedade Paroquial, como “fomentadora do espírito de obediência hierarchica no Seminarista; como obrigação do chefe da família para que todos os de sua casa cumpram o Preceito Dominical e comunhem; Fonte de Vida e Santidade para as mães cristãs; sustentáculo da vida espiritual do Moço; das Moças, entre os operários. (Congresso Eucharístico Nacional, 1939, p. 49).

Tudo se passa como se, vencida a ordem laicista da Primeira República, houvesse chegado a hora de se implantar a *ordem cristã* no Brasil. O discurso proferido pelo arcebispo de Recife para saudar D. Leme como legado pontifício diz:

E agora que todo o Brasil se congrega nesta cidade do Recife, para

render à Hostia Santa soleníssimo culto, justo é que levante a sua voz para dizer com o Príncipe dos Apóstolos, e com a mesma sinceridade: Senhor, vós sabeis que vos amamos. Não queremos outro Rei e Senhor (Congresso Eucarístico Nacional, 1939, p. 76).

Os temas do reinado e senhorio de Cristo perpassam todos os discursos. O mesmo espírito triunfante pode ser percebido no hino escrito por D. Francisco de Aquino Corrêa, Arcebispo de Cuiabá (mesmo autor do hino de 1933). Ele canta:

Aos clarins do Congresso Sagrado
Pernambuco se ergueu varonil,
E o Recife se fez lado a lado
Cathedral onde reza o Brasil.

ESTRIBILHO

Eis, sus, ó Leão, Leão do Norte!
Ruge ao mar o teu grito de fé!
Creio em ti, Hóstia Santa, até a morte,
Quem não crê, brasileiro não é!
(Congresso Eucarístico Nacional, 1939, p. 36)

Diferentemente do que se cantou em Minas Gerais, cuja Fé se expandiria por todo o País, Recife já é a “Cathedral” onde o Brasil se reúne para rezar. É como se a Igreja não precisasse mais ir ao povo, porque é o povo que acorre à Igreja. Mais significativo, porém, é o estribilho ao sugerir um Leão a rugir um “grito de fé”. Não uma fé genérica ou abstrata, mas a fé católica que se volta para a “Hóstia Santa”, com grafia maiúscula, de modo a identificar-se com o próprio Jesus. E essa fé é tamanha que “quem não crê, brasileiro não é”. Está assim, simbolicamente, refeita a união entre ser brasileiro e ser católico, que o decreto republicano de 1890 havia rompido ao separar Estado e Igreja.

Conclusão

A análise dos temas e dos hinos dos congressos eucarísticos brasileiros entre 1922 e 1939 revela-se muito fértil para o estudo da presença da Igreja Católica no espaço público, porque obriga o pesquisador ou pesquisadora a levar a sério a história da Igreja. Perde tempo e trabalho quem pretende conhecer a História do Brasil desconhecendo o papel desempenhado pela Igreja Católica. O

povo que em 1916 entoava “queremos Deus”, expressava a situação de uma Igreja derrotada por “homens ingratos” e “insensatos” a ponto de “zombarem da Fé”; em pouco mais de vinte anos, porém, cantava, triunfante, “quem não crê, brasileiro não é”. Entender o que aconteceu nesse período é crucial para entender o catolicismo no Brasil e o próprio Brasil, pois a Igreja Católica é parte integrante da formação do tecido social desde a chegada dos primeiros europeus em 1500, a “redução” dos povos indígenas e o tráfico de escravos. Para o bem ou para o mal, há um enlace entre a História da Igreja e a História do Brasil.

Ao lembrar a importância de D. Sebastião Leme como líder do episcopado brasileiro no processo de recuperação da influência da Igreja face ao Estado e à sociedade, este artigo mostra a necessidade de estar sempre atento aos processos, pois a História não é linear nem mecanicamente determinada. Ao assumir a direção da Arquidiocese do Rio de Janeiro, D. Leme recebe como herança o substancial trabalho de cinco conferências episcopais que, entre 1900 e 1915, elaboraram o guia pastoral para a Igreja católica reconquistar a hegemonia social abalada pela ordem laicista republicana. Por meio da reforma dos seminários e da atração de missionários europeus, os bispos ganharam um clero eficiente e confiável; os colégios e obras sociais sob a direção de religiosos e religiosos, europeus e romanizados, fizeram aumentar sobremaneira sua influência respectivamente nas classes altas e nos setores empobrecidos; enfim a criação de associações religiosas para leigos, em substituição às antigas irmandades, confrarias e grupos devocionais populares, forjou bases leigas atuantes em todas as paróquias agora renovadas. A partir dessa sólida base institucional e tendo como referência o projeto de “ordem cristã” conforme os desígnios da Santa Sé, D. Leme usará sua criatividade pastoral para alocar a Igreja Católica no espaço público brasileiro em posição de relevo e reforça a cultura católica.

Hoje, é clara a diminuição da capacidade mobilizadora da Igreja Católica em comparação, por exemplo, com eventos promovidos por igrejas evangélicas, e há indícios de que a cultura “católica de longa duração” – expressão usada por Clara Mafra (2013) – encontra-se em franco declínio. Não é fácil encontrar uma explicação convincente. O certo é que o projeto de “ordem cristã” para o Brasil não tem mais viabilidade histórica. É o que mostra a história recente.

O acordo de mútua colaboração entre Igreja e Estado no período varguista

representou a superação dialética de uma situação desfavorável à Igreja e só se chegou a ela graças ao processo de reforma interna durante os primeiros 25 anos da república e à exitosa estratégia de mobilização católica traçada por D. Leme. A modernização posterior à II Guerra Mundial abalou aquele acordo, que foi rompido pelos governos militares oriundos do golpe de 1964. Mas essa ruptura favoreceu um novo diálogo entre Igreja Católica e sociedade brasileira, em defesa dos Direitos Humanos e da democracia. Isso veio a reforçar a posição política da Igreja Católica, a ponto de, em 2008, o então presidente Lula, oriundo da classe operária, simpático ao catolicismo social, e um dos parceiros da Igreja católica na luta contra a ditadura militar, assinar um acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé. O que será daqui para a frente, só uma acurada análise de conjuntura pode indicar...

Referências

- AZZI, Riolando. Dom Antônio de Macedo Costa e a reforma da igreja do Brasil. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 35, p. 683-701, 1975.
- AZZI, Riolando. *O episcopado do Brasil frente ao catolicismo popular*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- AZZI, Riolando. O movimento brasileiro de reforma católica durante o século XIX. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 34, p. 646-662, mar. 1974.
- BEOZZO, José Oscar. A igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris. (Org.). *História geral da civilização brasileira III: Brasil Republicano, economia e cultura (1930-1964)*. 2. ed. São Paulo, DIFEL, 1984, p. 271-341.
- CAMPOS, Ignacio; MIRANDA, Moacyr. Album revista. In: CONGRESSO EUCHARISTICO NACIONAL, 2, 1936, Belo Horizonte. *Anais...*, Belo Horizonte: [s.n.], 1936.
- CANTICOS e Hymnos. Belo Horizonte: Feira de Amostras. 1936.
- CARVALHO, José Murilo: *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- COELHO, Padre Senra. *Congressos Eucarísticos*. Lisboa: Paulus. 2008.
- CONGRESSO EUCHARISTICO NACIONAL, 1933, Bahia. *Annais...*, Bahia: Duas Américas, 1936.
- CONGRESSO EUCHARISTICO. *Annaes...*, Rio de Janeiro:[s.n.], 1922. 558p.
- CONGRESSO EUCHARISTICO NACIONAL, III, 1939, Recife, *Annais...*, Recife: Archidiocese de Olinda e Recife, 1940. 409p.
- COSTA, José William Barbosa. *Dom Leme e os movimentos religiosos de massas: a proposta de ordem cristã para o Brasil*. Belo Horizonte, PUC-Minas, 2013.
- DIAS, Romualdo. *Cor Unum et anima una: a doutrina católica sobre a autoridade*

no Brasil 1922-1935. Campinas, Universidade Estadual Paulista - Campus Marília, 1993.

LEITE, Fábio Carvalho: O laicismo e outros exageros sobre a Primeira República do Brasil: *Religião e sociedade*, vol. 31, nº 1, p. 32 -60, 2011

LIMA, Alceu A.: *Diário de um ano de trevas* (Org. Frei Betto e Alceu A. Lima Filho), São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2013.

MAFRA, Clara: Números e narrativas: *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 14, n. 24, jul/dez., p. 22, 2013. Acessível também em <<http://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/>>

MANUAL de cantos sacros. Petrópolis: Vozes. 1941.

OLIVEIRA, Marita A. Ribeiro de: *Eles e vocês*. Juiz de Fora, Datilografado, 1956.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1985.

SANTO ROSARIO, Irmã Maria Regina do. *O cardeal Leme*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

VIEIRA, Dilermando Ramos. *O processo de reforma e reorganização da igreja no Brasil*. Aparecida: Santuário, 2007.

* A primeira versão deste artigo foi apresentada como comunicação na Sessão Temática *Religião e Esfera Pública* do 4º Encontro Nacional da ANPTECRE, em Recife, com o apoio da FAPEMIG.

¹ Ver, por exemplo, LEITE (2011), que contesta a laicidade da Primeira República sem considerar a diferença substancial entre seus primeiros vinte e cinco anos e os quinze derradeiros.

² O leitor ou leitora poderá acessar esses dados no portal www.pucminas.br/dissertacoes. COSTA, José William Barbosa. **Dom Leme e os movimentos religiosos de massas: a proposta de ordem cristã para o Brasil**. Belo Horizonte, PUC-Minas, 2013.

³ O Concílio de Trento (1545-1563, com grandes intervalos) estabeleceu os marcos doutrinários do catolicismo romano, marcando sua diferença em relação à Reforma Protestante. Revigorado pelo Concílio Vaticano I (1869-70), essa forma universaliza-se no final do século XIX ao suprimir as formas particulares que o catolicismo havia assumido ao longo do tempo.

⁴ No Brasil esse embate ideológico se dá contra o liberalismo dos “jacobinos” e o positivismo, ambos de matriz francesa, enquanto o liberalismo “à americana” termina sendo o grande vitorioso. É esta, em síntese, a tese de J. M. de Carvalho (1990).

⁵ Dado que recepção da eucaristia requer do fiel que esteja livre de qualquer pecado mortal, e isso só é possível por meio da confissão sacramental – feita a um sacerdote.

⁶ Ao perceber que perdia sua função social nas sociedades europeias do final do século XIX, a Igreja Católica buscou novas formas de apostolado. O sucesso dos congressos eucarísticos fez que se multiplicassem: desde 1881, em Lille a 1902, em Namur, foram realizados 14 congressos internacionais, quase todos na França e na Bélgica (COELHO, 2008, p.23).

⁷ Registra-se num livro de memórias que, em 1918, o Pe. Sidrac Vilarino, secretário de Dom Antonio Malan (bispo da prelazia salesiana em Mato Grosso e depois bispo titular de Petrolina) “reunia, à noite, as crianças, as moças e o pessoal que podia para a reza e, em seguida, para o ensaio de cânticos. Entre estes figurava o *Queremos Deus*, completamente novo e sendo logo muito apreciado”. (OLIVEIRA, 1956, p. 6).

⁸ Composto por um clérigo após a revolução francesa, foi traduzido em diversas línguas e difundiu-se pelo mundo católico ao longo do século XIX.

⁹ J. M. Carvalho comenta o episódio da coroação de N. Sra. Aparecida, em 1906, com o manto azul e a rica coroa ofertados pela Princesa Isabel em 1888, dizendo que “a batalha pela alegoria

feminina termina em derrota republicana. Mais ainda, em derrota do cívico diante do religioso”. (1990: 94).

¹⁰ O congresso de 1933 marca o início oficial dos Congressos Eucarísticos nacionais.

¹¹ Um deles é Alceu Amoroso Lima que, em 1969, ao reler o texto de seu discurso, escreve para a filha “Mas foi uma decepção medonha! Em 1933 eu era um integrista total”. (LIMA, 2013, 51).

¹² A letra do hino é de Dom Francisco de Aquino Correa, Arcebispo de Cuiabá.

Recebido em 09/08/2014, revisado em 26/09/2014, aceito para publicação em 09/10/2014.